

MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ 12.264.857/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. "SH2", relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

A SH2 é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de (i) seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida, quando comercializados pelos Canais *Affinity*.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2012 e 2011 e 01 de janeiro de 2011 (Em milhares de reais)

	Notas	2012	2011	01/01/2011
Ativo			(reapresentado)	(não auditado)
Circulante		12.700	234.628	200
Disponível		2.870	127.092	200
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.870	127.092	200
Aplicações		6	7.650	47.724
Títulos e créditos a receber		2.180	59.812	–
Créditos a receber	13.a	–	59.565	–
Créditos tributários e previdenciários	10	2.180	247	–
Ativo não circulante		2.291.029	2.062.824	–
Investimentos		7	2.291.029	2.062.824
Participações em empresas controladas		–	2.062.824	–
Total do ativo		2.303.729	2.297.452	200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos.

Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE:

(a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.

(b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.

A Assembleia Geral Extraordinária da SH2 realizada em 30 de novembro de 2012 deliberou, entre outros assuntos, a cisão total da controlada Aliança REV Participações S.A., com versão de seu acervo líquido cindido à SH2 e à Brasilveículos Companhia de Seguros, com sua consequente extinção.

A partir dessa operação, a SH2 passou a controlar diretamente as seguradoras MAPFRE Seguros Gerais S.A., Aliança do Brasil Seguros S.A. e Brasilveículos Companhia de Seguros e, indiretamente, a seguradora MAPFRE *Affinity* Seguros S.A. e a empresa MAPFRE Assistência S.A.

Em 2012, a SH2 apresentou lucro líquido de R\$ 213,8 milhões, obtido substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas.

São Paulo, 13 de junho de 2013
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2012	2011
Receitas operacionais		209.526	53.813
Resultado de equivalência em investimentos em coligadas e controladas		209.526	53.813
Outras receitas e (despesas) operacionais		6.406	14.118
(+) Resultado financeiro	9	8.583	14.754
(-) Despesas administrativas	9	(2.177)	(636)
(=) Resultado operacional		215.932	67.931
(-) Resultado antes dos impostos e participações		215.932	67.931
(-) Imposto de renda	10	(1.597)	(3.509)
(-) Contribuição social	10	(583)	(1.272)
(=) Lucro líquido		213.752	63.150
(V) Quantidade de ações		1.505.043.416	1.412.043.548
(=) Lucro líquido por ação		0,14	0,04
(-) Ações ordinárias		752.521.708	706.021.774
(-) Ações preferências classe "A"		383.786.072	360.071.105
(-) Ações preferências classe "B"		368.735.636	345.950.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	213.752	63.150
Outros resultados abrangentes	1.457	2.796
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	2.428	4.236
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(971)	(1.440)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	215.209	65.946
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas:		
BB Seguros Participações S.A. – 49,99%	107.583	32.980
MAPFRE Brasil Participações S.A. – 50,01%	107.626	32.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Atividades operacionais		(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	213.752	63.150
Ajuste por:		
Dividendos prioritários propostos	59.992	(59.992)
Títulos e valores mobiliários (coligadas)	(1.457)	2.796
Aumento de capital – ações ordinárias/preferências (coligadas)	–	1.507.435
Reserva de capital – ações ordinárias/preferências (coligadas)	–	400.000
Variação nas contas patrimoniais:	26.588	(34.418)
Aplicações	40.074	(47.724)
Créditos tributários e previdenciários	(1.933)	(247)
Créditos a receber	(68.311)	(59.565)
Obrigações a pagar	(2.537)	4.781
Impostos e contribuições	–	(68.311)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	299.145	1.878.971
Atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(228.205)	(2.062.824)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(228.205)	(2.062.824)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital – moeda corrente nacional	150.000	310.745
Dividendos pagos	(345.162)	–
Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de financiamento	(195.162)	310.745
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(124.222)	126.892
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	127.092	200
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.870	127.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. APLICAÇÕES

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2012	2011	01/01/2011
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	7.650	100%	47.724
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	89%	15.177
Letras financeiras (LF)	–	–	32.547
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	11%	–

b) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	Saldos em 31/12/2011	Aplicações	Res-gates	Rendimentos/ atualizações	Despesas/ atualizações	Saldos em 31/12/2012
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	–	(16.845)	8.583	(123)	6.792
Letras financeiras (LF)	32.547	–	(32.547)	–	–	–
Letras do tesouro nacional (LTN)	–	858	–	–	–	858
Total	47.724	858	(49.392)	8.583	(123)	7.650

Descrição	Saldos em 31/12/2010	Aplicações	Res-gates	Rendimentos/ atualizações	Despesas/ atualizações	Saldos em 31/12/2011
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	60.974	(56.188)	10.391	–	15.177
Letras financeiras (LF)	–	51.765	(23.581)	4.363	–	32.547
Total	–	112.739	(79.769)	14.754	–	47.724

c) Composição por prazo e por título

	2012	2011
31 de dezembro de 2012	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	6.792
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	858
Total	7.650	7.650

	2012	2011
31 de dezembro de 2011	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	15.177
Letras financeiras (LF)	32.547	32.547
Total	47.724	47.724

	2012	2011
31 de dezembro de 2012	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	6.792
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	858
Total	7.650	7.650

	2012	2011
31 de dezembro de 2011	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	15.177
Letras financeiras (LF)	32.547	32.547
Total	47.724	47.724

	2012	2011
31 de dezembro de 2012	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	6.792
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	858
Total	7.650	7.650

	2012	2011
31 de dezembro de 2011	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	15.177
Letras financeiras (LF)	32.547	32.547
Total	47.724	47.724

	2012	2011
31 de dezembro de 2012	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	6.792
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	858
Total	7.650	7.650

	2012	2011
31 de dezembro de 2011	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	15.177
Letras financeiras (LF)	32.547	32.547
Total	47.724	47.724

	2012	2011
31 de dezembro de 2012	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	6.792
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	858
Total	7.650	7.650

	2012	2011
31 de dezembro de 2011	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	15.177
Letras financeiras (LF)	32.547	32.547
Total	47.724	47.724

	2012	2011
31 de dezembro de 2012	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	6.792
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	858
Total	7.650	7.650

	2012	2011
31 de dezembro de 2011	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	15.177
Letras financeiras (LF)	32.547	32.547
Total	47.724	47.724

	2012	2011
31 de dezembro de 2012	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	6.792
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	858
Total	7.650	7.650

	2012	2011
31 de dezembro de 2011	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	15.177
Letras financeiras (LF)	32.547	32.547
Total	47.724	47.724

	2012	2011
31 de dezembro de 2012	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	6.792
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	858
Total	7.650	7.650

	2012	2011
31 de dezembro de 2011	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	15.177
Letras financeiras (LF)	32.547	32.547
Total	47.724	47.724

	2012	2011
31 de dezembro de 2012	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	6.792
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	858
Total	7.650	7.650

	2012	2011
31 de dezembro de 2011	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	15.177	15.177
Letras financeiras (LF)	32.547	32.547
Total	47.724	47.724

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A. ("SH2")**, sociedade do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras - SH2, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Com base nos exames efetuados, nas

informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes - Ernst & Young Terco Auditores Independentes, com ressalva recorrente em virtude da constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 13 de junho de 2013

Luiz Carlos Zambinati Tapette
Presidente
Luiz Roberto Castiglione de Lima
Membro Titular

Adilson do Nascimento Anísio
Membro Titular
Gueitiro Matsuo Genso
Membro Titular

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Tem alcance ainda sobre as seguintes empresas: Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Affinity Seguradora S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.. O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras quanto à qualidade e à integridade; avaliar a efetividade da auditoria independente e interna por meio do acompanhamento da sua atuação, da qualidade dos seus trabalhos, da sua independência e do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos à luz das normas aplicáveis, evidenciando eventuais deficiências identificadas. O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises.

O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., em cumprimento às disposições constantes da referida Resolução nº 118. Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de janeiro a dezembro de 2012, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas. Até novembro de 2012 o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE mantém Comitês de Auditoria nas empresas MAPFRE

Seguros Gerais S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Brasilveículos Companhia de Seguros. Por meio das Portarias nºs 4.994, 4.995 e 4.998, de 23 de novembro de 2012, a SUSEP aprovou deliberação dos acionistas realocando os Comitês de Auditoria para as sociedades *holdings* (BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.). **Sistema de Controles Internos e Administração de Riscos:** Em 2012, o Comitê reuniu-se com representantes da Administração para acompanhar a evolução da estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos aos controles internos. Com base nas informações levadas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria considera adequado o Sistema de Controles Internos das companhias abrangidas. **Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas. **Auditoria Independente:** O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **Auditoria Interna:** O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados. **Canal de Comunicação:** O Comitê acompanha a natureza, as características, os objetivos e a dinâmica de funcionamento dos canais operados pela Companhia e,

com base nas informações recebidas, concluiu que os canais instituídos atendem à determinação do art. 17, inciso VI, da Resolução CNSP nº 118/04. O Comitê definiu modelo e fluxo de tratamento de ocorrências relacionadas aos arts. 29 e 30 da mencionada Resolução. Em 2012 não foram trazidas ao conhecimento do Comitê quaisquer ocorrências. **Demonstrações Financeiras:** Ao longo de 2012, o Comitê acompanhou a evolução dos procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e dos relatórios de administração. A respeito, debateu com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e com os executivos responsáveis. Foram também examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações financeiras da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, inclusive notas explicativas, relatórios de administração e da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. desta data, concluindo que, ponderados a manifestação do Auditor Independente relativa ao registro da PCP e os aspectos de regulação envolvidos, tais documentos estão adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais aplicáveis.

São Paulo, 13 de junho de 2013

Egídio Otmar Ames
Coordenador

Ilenor Eleamar Zingler
Membro Titular

Wilson Alves Feitosa
Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas da
MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles

internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme apresentado na Nota 7, a Companhia possui investimentos em sociedades seguradoras, que registram as suas operações e elaboram as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP os investimentos e o patrimônio líquido estavam subavaliados em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 22.570 mil, e o resultado do exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 2.766 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes

Em 10 de fevereiro de 2012, emitimos relatório de auditoria com modificação de opinião relacionado à constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP nas seguradoras investidas, que não representam obrigação efetiva da Seguradora. Conforme mencionado na nota explicativa 2, em função de procedimentos anteriormente adotados pela administração da Companhia, relativos substancialmente à constituição de ativos e passivos diferidos, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Concordamos com os ajustes efetuados. Dessa forma, nenhuma alteração é requerida em nosso relatório sobre as referidas demonstrações financeiras refeitas em relação aos citados ajustes. Nossa opinião continua sendo com ressalva devido aos assuntos descritos no parágrafo de Base para opinião com ressalva.

Outros assuntos

Balanço de abertura do período anterior não auditado

Conforme mencionado na Nota 2 (c), os saldos de abertura correspondentes a 1 de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, não foram examinados por nós nem por outros auditores independentes.

São Paulo, 13 de junho de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contador CRC-1SP198827/O-3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Osmar Fernandes Dias - Presidente
Wilson Toneto - Vice-Presidente

Aldemir Bendine - Conselheiro
Andrés Jiménez Herradón - Conselheiro
José Ramón Tomás Forés - Conselheiro

Marcelo Estrela Fliche - Conselheiro
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira - Conselheiro
Thomas Timothy Traumann - Conselheiro

DIRETORIA

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Presidente

Roberto Barroso
Diretor Vice-Presidente

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP183717/O-5